

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI—Número 1.723

Terça-feira, 8 de Julho de 1924

PREÇO—30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia
Calçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL
TELEFONE—5339-6
Oficinas de impressão—rua da Atalaia, 114 e 115

O novo governo deve emendar os erros do anterior, pondo imediatamente em liberdade os operários injustamente presos

PERANTE O NOVO GOVERNO

QUEREMOS SABER EM QUE LEI VIVEMOS

O governo que saiu não deixou saudades. Abriu portas os maiores roubos e as mais condenáveis barbaridades

O novo governo tem o dever moral de definir, quanto antes, a sua atitude ante os bárbaros crimes dos Olivais e de Silves, ante os roubos da Finança e da Moagem. Não deve reclamar impostos do povo; se quere dinheiro deve ir buscá-lo às grandes empresas financeiras e industriais que exploram o povo e arruinam o país

Governar, em Portugal, quando não é uma pândega, é pelo menos um negócio. Nós que, por princípio não acreditamos nos governos autoritários, quase não precisamos de apresentar argumentos para confirmar as nossas opiniões tanta vez expressas—basta-nos apontar factos que estão na memória de todos. Esses factos dizem-nos que todos os governos são maus. Dizem-nos mais: entre os maus ainda há os piores.

Um novo governo acaba de tomar posse. Sucede a outro governo—daqueles que se podem considerar dos piores. As palavras que o sr. Rodrigues Gaspar, presidente do governo que entra, profere no momento em que tomou posse, não passam de banalidades ócas e vãs.

O que o sr. Rodrigues Gaspar disse e nada—é tudo a mesma cousa.

Um governo burguês que trouxesse vontade de trabalhar, vontade de fazer justiça, vontade de impulsivar, como o sr. Rodrigues Gaspar disse, o ressurgimento nacional, teria neste momento gravíssimo, que atraímos, a obrigação moral de falar alto ao país e de definir desde já a sua atitude ante problemas de urgente solução que preocupam presentemente a maioria da população portuguesa.

E não precisava o governo de lançar mão de medidas extremistas, bastava que se enquadrasse nas próprias leis burguesas, para, pelo menos, nos deixar convencido de que embora segundo um critério conservador, vinha animado de intenções generosas e disposto a tornar a realidade.

Há uma série de injustiças e de crimes a reparar imediatamente.

Há uma série de problemas de carácter económico imediato a resolver quanto antes.

E o primeiro dever dum governo que toma assento nos fauteils governamentais é dizer ao povo de maneira encara esses problemas—uns morais, outros materiais, todos importantes—e de que forma vai resolvê-los.

Durante o exercício do governo anterior produziram-se incidentes de ordem pública, provocados pelas autoridades que até hoje ainda não foram reparados. Esses acontecimentos são graves, gravíssimos; deixaram em todo o país uma impressão de assombro, de horror e de revolta bem digna de ser tomada em consideração por um governo novo, se este governo vem de facto disposto a produzir algo de útil.

Esses sucessos sangrentos são, como o novo governo deve saber, o assassinato praticado pela polícia na pessoa de dois cidadãos presos, e o assassinato e agressões praticados em Silves por uma força da guarda-republicana do comando do tenente Vinhas, na pessoa de um operário, que deixou cinco filhos na miséria, e de algumas mulheres e crianças indefesas.

Tanto o crime dos Olivais como o de Silves, foi encarado pelo Ministro do Interior deputado, com uma indiferença e um cinismo, que constituem, não apenas um gravame para o espírito de justiça, mas um insulto dirigido ao povo, que não sabe ainda se tais barbaridades são pelos governos consideradas crimes repugnantes ou gestos louváveis que mereçam condecorações.

Se os governos evocam constantemente as leis do país quando obrigam o povo a pagar pesadas contribuições, é necessário que o novo governo nos diga—perante aqueles acontecimentos horríveis—em que lei vivemos.

O povo vem assistindo de consciência revoltada ao descalabro, à desvergonha, aos roubos praticados pela

Moagem e pela Finança, que ameaçam devorar o país inteiro na ansia de satisfazer os seus ferozes apetites de ouro.

O governo anterior alarmado com a debilidade financeira do Estado levou ao parlamento vários diplomas, pelos quais se obrigarão o povo a pagar mais impostos destinados senão a cobrir, pelo menos, a atenuar o déficit orçamental.

Essa atitude era injusta e condenável, porquanto se o Estado se encontra—mercé duma administração desastrosa e duma série de roubos praticados pela Finança, pelo Comércio e pela Indústria—à beira da ruína, não deve ser ao povo, eterno sacrificado, que mais sacrifícios se devem exigir para pagar as diferenças—deixando-se os que roubam impunemente o Estado e o povo viver numa imoral abastança do produto desse roubo.

Não há o direito de se falar sequer em contribuições que recaiem agravadas sobre a população laboriosa enquanto os Bancos Espírito Santo, Português e Brasileiro, e Casa Torlades não restituem ao Estado as 430.000 libras que indevidamente retêm em seu poder e que, ao câmbio de hoje, perfazem na nossa moeda quanta parecia com 66.000 contos.

Não há o direito de se exigir sacrifícios ao povo, enquanto a Moagem não pagar os 5.000 contos que a Caixa Geral dos Depósitos lhe empresta, mais 7.000 contos de diferenciais que habilidamente se esquivou a liquidar, mais 11.000 contos de vários negócios com que burrou o Estado.

Não há o direito de se dizer ao povo: «Paga!» enquanto a Companhia dos Tabacos, que roubou, viciando a sua escrita, o Estado em mais de 25.000 contos, continuar impune.

Não há o direito de se esmagar o povo com impostos enquanto não se examinar as escritas de várias empresas e companhias industriais que, como a Cal e Cimentos a que pertence o precedente ministro do Interior, burlam o Estado nas contribuições que devem pagar e ainda por cima arrancam empréstimos à Caixa Geral dos Depósitos que longe de se destinarem ao desenvolvimento industrial, vão apenas beneficiar os seus diretores.

Acérca destes assuntos e da carestia da vida qualquer governo, que tenha um pouco o sentimento das responsabilidades, deve trazer a público, logo que tome posse, a sua opinião bem nítida, bem clara.

Não confiamos nos governos. Intimamente já sabemos o que fará o novo ministério presidido pelo sr. Rodrigues Gaspar. Não trazemos por enquanto a público o nosso pensamento acerca dos actos futuros do novo ministério porque não é preocupação nossa passar por profetas aos olhos dos leitores.

É possível que este governo nada dissesse sobre tantas questões, no momento da posse, porque talvez queira fazer essas declarações amanhã, quando se apresentar ao parlamento.

Oxalá seja essa a sua intenção. Oxalá ele, ante os deputados e os senadores, que considera representantes do país, saiba dizer amanhã que os operários inocentes que estão nas prisões da Trafaria, estão roubando o lugar a quem de direito, ou seja, segundo o seu critério de justiça, nos assassinos dos Olivais e de Silves, e aos ladrões da Moagem, da Finança, da Cal e Cimentos e a tantos outros que ensanguentam e arruinam o país.

A agonia do fascismo

Dumini, um dos assassinos de Matteotti é um amigo íntimo de Mussolini... Um retrato e uma dedicatória comprometedoras

ROMA, 4.—A agitação popular provocada pela morte de Matteotti não diminuiu a todo o momento cresce, redobrada de intensidade. Não há habilidade, nem transiência, capazes de amortecer a indignação deste povo há quase dois anos martirizado pelo bandoleirismo fascista.

É preciso não conhecer a situação de Itália para se afirmar levianamente que a opinião pública, a grande e esmagadora maioria do povo italiano está com o fascismo. Os que assim falam ignoram que a Itália está meia ganha pelo socialismo e que a influência espiritual das ideias avançadas é, actualmente, enorme, e que, sem cessar, dia a dia, aumenta de maneira a causar, entre os reacionários, sérias inquietações.

Ignoram ainda os que, a uma grande distância da Itália, atribuem uma grande popularidade ao fascismo, que não é só o proletariado que está contra ele.

A classe média, na sua maioria, odia mortalmente os fascistas e está integrada nas fileiras do socialismo.

A reconstituição do governo de Mussolini demonstra a impotência política do fascismo. Esse ministério foi reconstituído com elementos dos cáticos e velhos partidos políticos, o que significa que o fascismo morreu. A única desculpa avançada pelo sangue que correu, para tantas vidas assassinadas, era de que se tornava necessário aniquilar com as velhas fórmulas de governar, os velhos partidos. Hoje o fascismo alia-se com os partidos que ontem ameaçava desfazer.

As eleições, que a tanta especulação deram lugar por parte dos fanáticos e dos mercenários do fascismo, fizeram, para dar a maioria a Mussolini, de ser feitas sob um regime de terror. Mussolini venceu, com os seus seguidores, assassinando, próximo das urnas, os seus mais reconhecidos adversários.

Mussolini, morrendo, venceu. Esta vez não pertence, como à primeira, visto que pode inferir-se a um elemento da extrema esquerda. Foi pronunciada no Senado por um conservador o estatuto de Stozzi.

A ideia de que Mussolini soube antecipadamente do atentado contra Matteotti, vai ganhando terreno. Era impossível que o ditador italiano tão bem informado, sempre dos crimes dos seus seguidores não previsse o que se premeditava, pois que cúmplices de categoria, como directores de jornais fascistas, criaturas da sua intimidade, se

foram também amnisteados os presos políticos

MADRID, 7.—Afonso XIII assinou um decreto de amnistia que comprehende os oficiais condenados como responsáveis pelo desastre de Anual os presos por delito de imprensa e políticos entre outros aproveitam da amnistia cujo número de atingidos é superior a 100. Miguel Unamuno e o general Berenguer.

Francisco Aragão

Vejam ontem à noite redacção a fim de nos cumprimentar e agradecer a atitude. A Batalha acerca do conflito dos aviadores, o maior sr. Francisco Aragão, o qual bastante nos honrou.

600.000 operários em greve

LONDRES, 7.—Começou na Inglaterra a greve dos operários da construção civil, cujo número é de seis centos mil.

PONTAS DE FOGO

Atenção cá pro' rapaz
Que vai contar uma história
Mas, leitor, supor não vas
Que ela é falsa ou ilusória
Sendo ela, como é, veraz.
A história, vou começar:
Certos vadios, aos magotes,
Dedicavam-se a roubar
E nisso unham tais dores
Que, vê-los, era paixão.

Um dia, os vadios citados,
Tentaram a cadeia os fugos,
Disseram com alívio:
Basta de roubo e de engagos!
Busquemos misteres honrados

E assim dispõem mais três,
Entraram para a polícia
E agora, a lazer, gavetas
Mostram a sua pericia
Aos cidadãos lisboetas.

Mas, p'r' não ficar só nisto,
Esse pessoal sita
Fazendo, do Zé, um Cristo
Mais-o, rouba-lhe a carreira..
—pôr a ordem é isto?

Benvindo BENEDY

senhor Mussolini e o atentado contra o senhor Matteotti. Matteotti tinha testado poucos dias antes da sua morte em Londres protestando contra o fascismo. A sua morte causou um movimento de opinião que se tem traduzido em vários círculos e num decretado protecção revelada por todos as formas aos emigrados italiani.

Contra o fascismo

LONDRES, 7.—Tem continuado a haver protestos nesta cidade entre os meios operários contra a ditadura do

Para salvar Berenguer...
... foram também amnisteados os presos políticos

O referido Art. dispõe, textualmente, o seguinte: «Se o testador houver encarregado o testamento de empregar o produto de certa parte da Herança em alguma fundação ou aplicação pia, ou de utilidade pública, será o testamento igualmente obrigado a proceder ao inventário e avaria dos ditos bens em hasta pública, com citação dos interessados ou de seus legítimos representantes e intervenção do Ministério público.»

O direito que nada mais é, afinal, que a ciência do justo, impõe o inventário e a liquidação em hasta pública. Estas funções incumbem aos tribunais e aos órgãos judiciais.

Para este fim, o cabeça de casal presentes suas declarações que constam de fls. 8, juntando o testamento cerrado de fls. 13, documento longo e interessante que muito honra o seu benemerito autor, e deverá servir de exemplo aos capitalistas nossos patriarcas.

No referido testamento há a seguinte cláusula: «Deixo os remanescentes dos meus bens, inclusive o saldo da herança do testador, para o Instituto de Investigação Científica, que possuo no Cemitério Ocidental, para a fundação ou aplicação pia, ou de utilidade pública, ser o presente Conselho Administrativo, todo entidades de barba na cara e já mandando lindamente na vida.»

E juntam-se os Estatutos a fls. 185, e mais uma acta de reuniões.

A pág. 197 a Pessoa Moral «Instituto Bento da Rocha Cabral», trazido pelo braço do desinteressado cabeça de casal, entra na contradição do Inventário, —com procura, subestabelecida, a fls. 219, no habilissimo advogado Dr. Manuel Duarte.

Nesta altura o processo val... propulsivamente à conta, a fim de lá ter alguns meses a dar tempo ao grande golpe do Decreto Burda.

É tempo de discutirmos a legitimidade do dñmº azul (pessoa moral) visto que os fins da sua entrada em cena já estão devidamente esclarecidos. —Diz o testador, a pág. 24, v. do seu testamento: «Deixo o remanescente da minha herança para a fundação estabelecimento científico.»

No termos do Art. 1902, procedeu-se ao inventário; os bens deveriam ser liquidados em hasta pública; deveria cumprir-se vontade do testador quanto aos outros herdeiros e legatários; e, só depois dessa liquidação... e que deve ser surgiu a pessoa moral Instituto Bento da Rocha Cabral, para a fundação estabelecimento científico.

E da própria redacção da cláusula testamentária que lhe diz respeito. E' preciso ser completamente desistido de inteligência para não ver esta coisa tão simples! E parece-me que nem sequer é lícito admitir, mesmo nos domínios da embriologia, que, dentro do prazo de trezentos dias a que a lei se refere, fosse dado à luz o Sr. Dr. Ferreira de Mira e o seu Conselho Administrativo, tudo entidades de barba na cara e já mandando lindamente na vida.

E a capacidade testamentária passiva, isto é, a capacidade para adquirir-se por testamento, verifica-se a morte do testador.

Ora, a morte do testador não existia. O Instituto, não existia. A Pessoa Moral, que, só, depois, segundo disposição do testador, havia de seguir, fundada com o tal remanescente, que em juízo, devia liquidar-se!

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-jurídico, manifestamente, não pode ser contrariar, manifestamente, a vontade expressa do autor da herança, que deixava o remanescente para a sua fundação, mas ainda por contrariar os já mencionados Art. 1776 e 1778 do Art. Civ., tem que ser liquidado.

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-jurídico, manifestamente, não pode ser contrariar, manifestamente, a vontade expressa do autor da herança, que deixava o remanescente para a sua fundação, mas ainda por contrariar os já mencionados Art. 1776 e 1778 do Art. Civ., tem que ser liquidado.

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-jurídico, manifestamente, não pode ser contrariar, manifestamente, a vontade expressa do autor da herança, que deixava o remanescente para a sua fundação, mas ainda por contrariar os já mencionados Art. 1776 e 1778 do Art. Civ., tem que ser liquidado.

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-jurídico, manifestamente, não pode ser contrariar, manifestamente, a vontade expressa do autor da herança, que deixava o remanescente para a sua fundação, mas ainda por contrariar os já mencionados Art. 1776 e 1778 do Art. Civ., tem que ser liquidado.

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-jurídico, manifestamente, não pode ser contrariar, manifestamente, a vontade expressa do autor da herança, que deixava o remanescente para a sua fundação, mas ainda por contrariar os já mencionados Art. 1776 e 1778 do Art. Civ., tem que ser liquidado.

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-jurídico, manifestamente, não pode ser contrariar, manifestamente, a vontade expressa do autor da herança, que deixava o remanescente para a sua fundação, mas ainda por contrariar os já mencionados Art. 1776 e 1778 do Art. Civ., tem que ser liquidado.

E daí o caprichoso absurdo do seu aparecimento no decurso do Inventário, o que é absolutamente análio-j

A BATALHA

Teatro Nacional

OS DOIS GAROTOS

TODAS AS NOITES

POLITICA

O novo governo

Afinal, o sr. Rodrigues Gaspar não chegou a ir pela borda fora, mas entrou pelo Terreiro do Paço adentro, quer dizer constituiu governo.

O clero faz parte o dr. sr. Daniel Rodrigues, logoso anti-clerical que não vai exilir desta vez a legação do Vaticano, pois que ficou arrumado na pasta das finanças.

O ministro da agricultura o dr. sr. João Salama. O «Correio da Manhã» abriu um concurso oferecendo um valioso prémio a quem lhe diga quem é o dr. João Salama.

Por nossa parte podemos asseverar que não ganhamos o prémio.

No acto da posse o governo morto e governado, disseram coisas muito bonitas uns ao outro. Os novos ministros afirmaram que estavam ali para cumprir um dever, chegam am deles, a declarar-se colaborador da obra de resurgimento nacional. Quem acreditar que fique à espera.

A frente única republicana

O partido radical repeliu a proposta de frente única republicana, enviada ao Grêmio dos Jovens Lusitanos, um ofício expondo as razões da sua recusa.

Alega o partido radical que aderir à frente única equivaleria a manifestar uma injusta desconfiança nos seus dirigentes e é um atentado contra a sua lei orgânica. Afirma também que o partido radical em nada contribuiu para o descontentamento, que lava entre os convidados devido à constante elevação dos custos da vida; que o perigo monárquico existe devido aos políticos republicanos não se regenerarem, e ainda à intolerância havida para com os monárquicos por parte dos ex-monárquicos que predominam no partido democrático.

Classes que reclamam

Pessoal da Parceria dos Vapores Lisbonenses

Convida-se o pessoal a reunir hoje, pelas 18 horas, na sede do S. U. Metalúrgico para apreciar a resposta que a Direção da Fábrica deu à Comissão de Melhoramentos.

Torna-se necessária a comparecência de todos os camaradas.

Cortidões de Sola e Cabedalha

Reúnem ontem para apreciarem a resposta dos industriais às circulares que para aumento de salário lhes foram enviadas em 6 de Maio p. p.

Constata-se que a resposta foi negativa em virtude de nesse sentido terem influido três industriais, embora esta classe seja hoje das que menos ganham em Lisboa, sendo resolvido não aceitar qualquer aumento que não seja reclamado e abandonar o trabalho se até sábado os industriais não derem resposta razoável.

Vem a propósito salientar que estes, na sua maioria, têm a prioria comprada por preços insignificantes, há mais de quatro e cinco anos, vendendo-a agora a preços fabulosos.

A classe volta a reunir no próximo domingo para resolver em definitivo o caminho a seguir.

Raid Lisboa-Macau

Datada de Vila Viçosa, recebemos do major Cílio Duarte a seguinte carta:

«Sr. Redactor: A minha partida precipitada de Lisboa não me permitiu ir apresentar a V. como era meu desejo, os meus cumprimentos de despedida e mais uma vez manifestar-lhe, em quanto pessoalmente não o faço, a minha extrema gratidão em nome da Aviação pelo muito que V. Ex.º fez no jornal que tão dignamente dirige em prol da viagem Lisboa-Macau.

De V. etc., Cílio Duarte, Major.

Tanoeiros do Pórtico e Gaia

Reúnem novamente em assembleia magna para apreciar a altitude dos industriais, que continuam mantendo o lock-out.

Depois de largamente debatido o assunto e para que resultem mais frutíferas as demarches para a solução do conflito, foi resolvido nomear-se uma comissão de melhoramentos, que ficou constituída por Tomás de Oliveira, António Joaquim dos Reis, António José de Barros, António Joaquim da Silva e Joaquim Domingos Couto.

jornal, uma carta do director do jornal *O Libertador* em que diz que me queria escutar na cara, por umas palavras por mim proferidas quando da conferência do dr. sr. João Camões ao Centro Almirante Reis.

Foi verdade eu proferir essas palavras. Não, nego, porque um vampiro que tem há bastante tempo caluniando um homem público e honrado e, sendo desafiado a provar essas calúnias em público e não aparece, é um canibal sem sentimentos e sem autoridade para desafiar quem quer que seja.

Moro na Rua Senhora do Monte, 18, 1.º-D., para onde me pode escrever, indicando-me local e hora para me escutar na cara e fazer uma demonstração de bofetadas.—D. V. et.—João Lopes Soares.

Marinha Grande

Ainda o caso da estação

MARINHA GRANDE, 4.—O caso do sr. Carlos Galo, com os operários da Nacional foi um bom motivo para que alguns «paquidermes» locais esvaziassem o ódio que nutrem por aqueles que lhes constroem as fortunas.

O ofendido estava no propósito de não ligar importância ao caso, mas ante os muitos e vampíricos rogos acabou por ceder, tanto mais que se tratava de procurar a forma de meter na cadeia dezenas de operários considerados réveis!

Foi as instâncias de Guilherme Pereira, de «lara grata», recordações, que o sr. Carlos Galo enviou para juiz o processo respectivo, tratando o primeiro de arregimentar testemunhas, à disposição de quem pozo ou sua adega, alforre de políticos camarões.

O conflito não tinha a importância que lhe dava o sr. Guilherme, que sónha já, vê os operários nos presídios de Timor sujeitos a trabalhos forçados, de modo que as testemunhas, chamadas a Leiria, pouco adiantaram.

Mas o sr. Guilherme, que é alma dada de tudo isto, não abandonou a presa e começou a inventar novas testemunhas que, temos a certeza, dormiam a bom dormir quando o caso se deu.

Esta criatura, que tanto se tem evidenciado no burgo por tratar os operários como forçados, é uma transfiguração, quando operário, dia a plenos pulmões serem os patrões uns exploradores que não possuem meios para interessarem os outros pavilhões.

Desse benefício se têm utilizado anualmente, de Junho a Outubro, uns 3000 dos dois sexos. Este número não representa nada num país onde a percentagem de tuberculosos é enorme, especialmente nos últimos tempos em que as condições de vida afiram para essa terrível doença centenas de criaturas, não obstante ainda haver o Sanatório de Portalegre que comporta uns 2400 e o Lumiar 64, este hoje exclusivamente ocupado por mulhérias, todos sob a tutela da Assis'ência Nacional aos Tuberculosos.

Pois apesar do insignificante número de sanatórios que comportam uns mais insignificantes número de doentes, parece que eles estão em risco de desaparecer em virtude da falta de verba.

Julgamos que o governo subsidia a Assistência com 40.000\$00 anuais e como esta importância fosse diminuída, o dr. sr. Cassiano Neves, seu director e que à cura dos doentes atacados pelo terrível bacillus muito se tem dedicado, pediu que essa subsídio se elevasse para 100.000\$00, a fim de que os doentes podessem ter vivessem falta de tratamento.

Até hoje não atendeu o governo a essa necessidade, e o pavilhão n.º 3 da Guarda, que costuma abrir em 1 de Junho, ainda não recebeu doente algum porque não há dinheiro.

E nestas condições, os pobres doentes que lutam com falta de meios para tratar e esperavam com ansiedade a abertura daquele pavilhão, vêem-se na dura contingência de não aproveitar esse benefício.

E o dinheiro esbanja-se não se cuidando das viúvas dos que o esbanjam,

OS TUBERCULOSOS
não têm onde tratar-se

Enquanto se esbanja dinheiro em casas institucionais, deixam-se morrer as poucas instituições que de certo modo beneficiam aqueles que não pertencem à moagem ou à finança.

No Sanatório da Guarda existe um pavilhão, o n.º 3, no qual costumam ser internados gratuitamente, durante alguns meses em cada ano, os tuberculosos que não possuem meios para se interessarem nos outros pavilhões.

Este benefício se têm utilizado anualmente, de Junho a Outubro, uns 3000 dos dois sexos. Este número não representa nada num país onde a percentagem de tuberculosos é enorme, especialmente nos últimos tempos em que as condições de vida afiram para essa terrível doença centenas de criaturas, não obstante ainda haver o Sanatório de Portalegre que comporta uns 2400 e o Lumiar 64, este hoje exclusivamente ocupado por mulhérias, todos sob a tutela da Assis'ência Nacional aos Tuberculosos.

Pois apesar do insignificante número de sanatórios que comportam uns mais insignificantes número de doentes, parece que eles estão em risco de desaparecer em virtude da falta de verba.

Julgamos que o governo subsidia a Assistência com 40.000\$00 anuais e como esta importância fosse diminuída, o dr. sr. Cassiano Neves, seu director e que à cura dos doentes atacados pelo terrível bacillus muito se tem dedicado, pediu que essa subsídio se elevasse para 100.000\$00, a fim de que os doentes podessem ter vivessem falta de tratamento.

Até hoje não atendeu o governo a essa necessidade, e o pavilhão n.º 3 da Guarda, que costuma abrir em 1 de Junho, ainda não recebeu doente algum porque não há dinheiro.

E nestas condições, os pobres doentes que lutam com falta de meios para tratar e esperavam com ansiedade a abertura daquele pavilhão, vêem-se na dura contingência de não aproveitar esse benefício.

E o dinheiro esbanja-se não se cuidando das viúvas dos que o esbanjam,

A favor da "Internacional"

Grande Passeio Fluvial à Vila da Azambuja com escala por Vila Franca de Xira

Por motivos imprevistos e muito contrários à vontade foi a comissão organizadora desta excursão forçada a adiá-la.

Outro inconveniente houve que mais veio prejudicar o já citado adiamento, e que consistiu em não ter sido publicada a notícia que a ele se referia, no sábado, como fazia prever. Grande foi o número de camaradas prejudicados, dada a quantidade de bilhetes vendidos.

Foi a instâncias de Guilherme Pereira, de «lara grata», recordações, que o sr. Carlos Galo enviou para juiz o processo

respectivo, tratando o primeiro de arregimentar testemunhas, à disposição de quem pozo ou sua adega, alforre de políticos camarões.

O conflito não tinha a importância que lhe dava o sr. Guilherme, que sónha já, vê os operários nos presídios de Timor sujeitos a trabalhos forçados, de modo que as testemunhas, chamadas a Leiria, pouco adiantaram.

Mas o sr. Guilherme, que é alma dada de tudo isto, não abandonou a presa e começou a inventar novas testemunhas que, temos a certeza, dormiam a bom dormir quando o caso se deu.

Esta criatura, que tanto se tem evidenciado no burgo por tratar os operários como forçados, é uma transfiguração, quando operário, dia a plenos pulmões serem os patrões uns exploradores que não possuem meios para interessarem os outros pavilhões.

Desse benefício se têm utilizado anualmente, de Junho a Outubro, uns 3000 dos dois sexos. Este número não representa nada num país onde a percentagem de tuberculosos é enorme, especialmente nos últimos tempos em que as condições de vida afiram para essa terrível doença centenas de criaturas, não obstante ainda haver o Sanatório de Portalegre que comporta uns 2400 e o Lumiar 64, este hoje exclusivamente ocupado por mulhérias, todos sob a tutela da Assis'ência Nacional aos Tuberculosos.

Pois apesar do insignificante número de sanatórios que comportam uns mais insignificantes número de doentes, parece que eles estão em risco de desaparecer em virtude da falta de verba.

Julgamos que o governo subsidia a Assistência com 40.000\$00 anuais e como esta importância fosse diminuída, o dr. sr. Cassiano Neves, seu director e que à cura dos doentes atacados pelo terrível bacillus muito se tem dedicado, pediu que essa subsídio se elevasse para 100.000\$00, a fim de que os doentes podessem ter vivessem falta de tratamento.

Até hoje não atendeu o governo a essa necessidade, e o pavilhão n.º 3 da Guarda, que costuma abrir em 1 de Junho, ainda não recebeu doente algum porque não há dinheiro.

E nestas condições, os pobres doentes que lutam com falta de meios para tratar e esperavam com ansiedade a abertura daquele pavilhão, vêem-se na dura contingência de não aproveitar esse benefício.

E o dinheiro esbanja-se não se cuidando das viúvas dos que o esbanjam,

Vida Sindical

C. G. T.

Comité confederal

Reúne hoje, pelas 22 horas, para apresentação de trabalhos a levar ao Conselho.

Conselho Confederal

Reúne amanhã, pelas 21,30 horas, conforme convocações anteriores.

U. S. O.

Reúne hoje, às 21 horas, a Comissão Administrativa.

COMUNICAÇÕES

Federação da Indústria de Calçado, Couros e Peles — Reúne u na sexta-feira o conselho federal com o representante dos sindicatos do Porto, Braga, Vila do Conde, Viana do Castelo, Almada e Lisboa. Foi apreciado vários expedientes atrasados e a que deu

Novos fados, novas canções, novos bailados flamengos e novos trabalhos de *longjage* são hoje apresentados ao público frequentador do Coliseu dos Recreios pelos notáveis artistas Georgina Gonçalves, Goletiere, Argent e Luso que têm feito um extraordinário sucesso e que todas as noites são aplaudidos pela assistência daquela casa de espectáculos.

Entre elas figura um ofício sobre a delegação a Guimarães, tendo sido indicado ao comité federal do norte para se desempenhar o encargo. Foi apreciada a falta, às reuniões, do secretário geral, esperando-se a sua comparsa na próxima reunião. Ocupou-se ainda dos trabalhos realizados pela comissão organizadora do Congresso, ficando resolvido que sejam apreciados na próxima reunião em conjunto com os relatórios dos delegados que forem em missão à província.

Federação Mobiliária — Reúniu-se sexta-feira o conselho federal com a representação de todos os sindicatos aderentes.

Aprovado a acta e lido o expediente para apreciar algumas anomalias, de que o delegado à C. G. T. tratara no Conselho Confederal. Apresentadas as contas do 1.º semestre do corrente ano, foram nomeados para revisar os camaradas António Almeida, José Dias Lobo e António Matos Guerra.

Em virtude de se ter agravado a doença do secretário geral, impedindo-o de continuar exercendo o seu cargo, foi nomeado para o substituir durante esse impedimento José Martins Grilo.

CONVOCAÇÕES

Federação de Calçado, Couros e Peles — Reúne hoje, pelas 21 horas, o conselho federal, para apreciar os relatórios dos delegados que foram à província em missão de propaganda e outros assuntos de máxima importância.

A este conselho não deve faltar o secretário geral.

Federação Metalúrgica — Reúne hoje, pelas 20 horas, a comissão administrativa, sendo necessário a comparecência de todos os seus membros.

Federação dos Empregados no Comércio — Reúne na quinta-feira próxima o Conselho Geral do Sul para resolver assuntos de maior urgência.

Carpinteiros de longo curso — Continua a ter encontros o Circo de Variedades da feira do Parque Eduardo VII, onde trabalha a excelente companhia Cardinal, composta de elementos variadíssimos e aplaudidos em muitos círcos da Europa.

Hoje, em São Carlos, repete-se *A Verdade*, sendo os bilhetes vendidos sem locação para maior comodidade do público.

— A revista *Lua Nova* repete-se hoje com todas as atracções e números novos.

— Com *Os Anaglifés* vai à cena o grande feitor extrordinário sucessos e que todas as noites são aplaudidos pela assistência daquela casa de espectáculos.

— Hoje, em São Carlos, repete-se *A Verdade*, sendo os bilhetes vendidos sem locação para maior comodidade do público.

— Continua a ter encontros o Circo de Variedades da feira do Parque Eduardo VII, onde trabalha a excelente companhia Cardinal, composta de elementos variadíssimos e aplaudidos em muitos círcos da Europa.

— Hoje, em São Carlos, repete-se *A Verdade*, sendo os bilhetes vendidos sem locação para maior comodidade do público.

— Continua a ter encontros o Circo de Variedades da feira do Parque Eduardo VII, onde trabalha a excelente companhia Cardinal, composta de elementos variadíssimos e aplaudidos em muitos círcos da Europa.

— Hoje, em São Carlos, repete-se *A Verdade*, sendo

DOS LIVROS E DOS AUTORES

As Escolas Primárias Superiores

«A Bôca da Estinge», por Eduardo Frias e Ferreira de Castro. — «No Rastro das Aguias», por Paulo Freire. — «Da Verdade», por João José Gomes. — «Flor de Laranja», por João Maria Loureiro. — «Névoa da Flandres», por Barata da Rocha.

Foi com o maior prazer que vi surgir estas opiniões dos dois escritores, que me trazem os livros e que, depois, folhei e li esta magnífica novela intitulada «A Bôca da Estinge» que os meus queridos camaradas Ferreira de Castro e Eduardo Frias, numa colaboração inteligente, acabam de lançar no mercado literário.

Amigo dos autores, admirador das suas qualidades intelectuais, tive a minha amizade não precisa estar presente para que estas palavras sejam de elogio e homenagem aos dois jovens escritores — homenagem que eu presto sem quaisquer favores, que não são devidos quando se faz crítica, e mesmo porque desse favor elas não pressionam para o julgamento dessas 170 páginas de boa literatura.

Quere isto dizer que «A Bôca da Estinge» vem isenta de defeitos? De modo algum. Nesta obra, como atá na de alguns consagrados, não é difícil encontrar falhas — aquelas falhas que, mais ou menos, em posso ter nas minhas obras e atá nesse mesmo artigo que estou traçando; aquelas falhas que só têm os que nada produzem.

Mas, aparte essas minuciosidades, encarado no seu geral aspecto e considerado o seu gênero puramente novelesco, podemos afirmar que se trata dum livro interessante que o leitor deve ler sem o menor enfado; e que, a pesar do tema algo folhetino, da satisfação aos intelectuais pelo cuidado estilo em que foi moldado.

Ahre o livro com dois prefácios onde cada um dos autores deixa palavras sobre a obra e sobre si próprio, palavras que muito valem pela lição de solidariedade que representam, e pela tortura moral que definem — dessa tortura em que vivem e ardem alguns belos espíritos que, apaixonadamente, abraçam a carreira das letras, transformando a sua vida no pior dos infernos pelo amor, tantas vezes inglorioso, das coisas de arte.

Dessas lutas intimas onde se entrecalam ideais, escrúpulos, miséria e orgulho, mal suspira o público, e já amanheceram certos jornalistas e literatos, videntes inferiores mas felizes.

Ferreira de Castro e Eduardo Frias, precisamente porque têm alma e porque possuem talento, são daqueles que vão subindo vagarosamente, nobramente à custa do seu trabalho, ante a indiferença dos vulgares felizes, e só isto lhes dá direito à minha simpatia.

Quanto à obra: «A Bôca da Estinge» não é uma dessas novelas que se possam contar em quatro traços; não é mesmo para se contar, mas para se ler; não tem desses erredos que se vão desenrolando numa seqüência, comprazendo, até, o irreverente, revelando bastante o que há de incoerente na alma humana.

Não pretendo ser uma obra de tese, e o seu fim social — se o possuir — mas uma vez nos indica do elemento das grandezas, e nos ensina como todos os sentimentos: o amor, a gratidão, a virtude, o vício, tudo isso se redomoinha e transforma, falhando a tódas as previsões preconcebidas. Os quatro personagens que os autores criaram — Mário de Albuquerque, Rodolfo, Bento e Helena — sem dúvida criaturas de exceção, geradas e vividas num ambiente mórbido de scepticos e decadentes, servem para provar quanto a própria natureza é incoerente, e como os factos e as circunstâncias reduzem o homem a um farrapo.

E certo, todavia, que este livro não tem um princípio nem um fim. Um dos seus autores, Eduardo Frias, diz no prefácio que «o aparente artificialismo do livro resulta da criação dumha natureza sonhada nas horas da mais cruel realidade; e que o maravilhoso, o inverosimil, é a desforra dum ideal debatendo-se contra a verdade concreta.»

O outro autor, Ferreira de Castro, a certa altura da obra escreve: «Um livro com princípio e fim, é um livro que falseia a vida; a vida é um cilindro em perpétuo movimento; para que um livro seja verdadeiro é necessário que pareça, pelas falhas da ação e pela mutação de cenários, rambiques, um livro falso.»

zer Jesus com estas duas palavras? se não que muitas vezes o roubo tinha por origem a miséria, e que desta miséria é preciso ter dor... Abandonou, pois, voluntariamente êsses bens supérfluos, tu que fizeste voto de pobreza e de caridade!

— Cala-te, mau eremita, que te atreves a contradizer o nosso bispo. Nós não podemos tocar nos bens da igreja, exclamou uma das três velhas; seríamos condenadas...

— Sim, sim, replicaram as outras duas, cala-te, eremita...

— Pobres criaturas! de propósito embrutecidas pela ignorância e submersas na cegueira, disse-lhes Ronan. Têm muito amor à vida do seu bispo?

— Por ele sofreremos mil mortes! responderam as três velhas, sim, mil mortes!...

— Oh! santas mulheres! exclamou Cautin cheio de júbilo. Que maravilhosa partilha não terão vocês no paraíso... entretanto, pois, que não chega o dia da vida eterna, eu as absolvo de todos os seus pecados e as abençoô!

— Oh! nosso bispo, replicaram as velhas batendo no peito; três vezes santo entre todos os santos!... graças te sejam rendidas.

— Escutem-me pobres ovelhas, que tomam o cão pelo pastor, disse-lhes Ronan. Se no mesmo instante se não aproveitam destes donativos, enfocaremos o bispo numa arvore.

— Aqui está uma corda, disse Dente de Lobo.

— E atou-a ao pescoco de Cautin.

— Queridas filhas, levai tudo! levai tudo! exclamou o prelado desenvenchendo-se furioso. Pego-lhes, ordenei-lhes, eu, seu pai em Cristo, que levem imediatamente todo esse espólio!

Uma das velhas obedeceu prontamente; as outras duas ficaram de joelhos, dizendo:

— Tu queres experimentar-nos, grande bispo!

— Mas estes pagãos vão enfocar-me...

— Um santo homem como tu não teme o martírio...

— Não minhas filhas eu não temo o martírio...

A preparação do seu funeral

O decreto com força de lei de 12 de Março de 1911, dado à luz pelo grande democrático dr. sr. Antônio José de Almeida, mereceu rasgados elogios da imprensa republicana, e tódas as escolas manifestaram a sua admiração pelo seu trabalho pedagógico.

Mas talvez por astúcio, as coisas da instrução, continuaram na mesma, marcou fúnebre que seguia, lá continuaram a funcionar as mesmas escolas normais e de ensino normal, durante mais uns longos oito anos, até que, aparecendo os sidonistas, e precisando os governantes, de então dar logares aos seus afiliados, acabaram com as escolas normais que estavam em exercício, transferindo-as em primárias superiores, e criaram novas normais, nomeando para elas os monárquicos que «o desejaram», de mistura com algumas republicanas.

— «Spiritum promptus est, caro infirma.» Nomeada a comissão que terá de acompanhar-las à última morada, traçou ela de reuir, antes de tudo, o epitáfio que será, depois de gravado, colocado sobre o «rúmulus», e ao qual deu pomposo e moderníssimo nome de «Bases de reorganização do ensino primário superior».

E para mostrar que era católica, arranjou essa comissão um número igual ao das «bases de misericórdia», e mais uma. E podemos também dividir-las em «corporais e espirituais», sendo oito «corporais» e sete «espirituais».

As «corporais» são: a 2.ª, a 4.ª, a 5.ª, a 7.ª, a 8.ª, a 9.ª, a 10.ª e a 11.ª. As «espirituais» são: a 1.ª, a 3.ª, a 6.ª, a 12.ª, a 13.ª, a 14.ª e a 15.ª.

Começemos pelas corporais, fazendo uma ligeira análise a algumas delas, visto o espaço e o tempo serem limitados.

— «2.ª mediante autorização ministerial, junto das escolas primárias superiores, podem funcionar independentemente quaisquer cursos de carácter elementar e de duração variável que correspondam às necessidades locais.»

— «Dar de comer a quem tem fome,» diz a 1.ª das verdadeiras «bases de misericórdia».

Aqui a temos na base «2.ª base». Quando o ministro quiser «dar bolo» a qualquer afilhado, cria um curso onde exerce as suas funções de bom correligionário, e já não morrerá à fome.

Mas isto não se pode tomar a sério, e estamos mesmo convencidos de que algumas membroas da «histórica comissão» também o fizeram, porque se neutralizavam umas às outras, «as escolas da democracia» (é tão lindo este nome...) escravagiam vertiginosamente por um piano inclinado... para se despeñarem em um abismo que devia devorá-las lentamente!...

Mas esse triste desenlace não chegou a dar-se.

João Maria Loureiro publicou um livro de versos intitulado «Flor de Laranja» onde, por outras hesitações de estreante, tem alguns sonetos bons.

Como modelo da sua maneira de versificar, publicamos a seguinte quadra duma elegante simplicidade:

— «Chamaste-me pecador! Se peco, amor, é por ti... Quem é que morre de sede, Tendo água ao pé de si?»

— * * *

Alfredo Barata da Rocha, soldado da grande guerra, vem a lançar a luta por intervenção da «Renascença Portuguesa», um livro de versos intitulado «Névoa da Flandres».

Versos que refletem pedaços de angustiosos momentos vividos no fragor da luta, longe de Portugal, nessas horas inovadoras em que o terror dos vivos e a agonia dos mortos dão à humanidade o verdadeiro sentido trágico da sua efêmera existência, não podiam deixar de constituir um livro de emoção e de ternura.

O melhor elogio está nestas palavras:

A «Névoa da Flandres» ficará já extensa bibliografia da guerra, como um dos seus melhores livros em verso.

A edição, esmerada, é da «Renascença Portuguesa» Pôrto.

Julião QUINTINHA

Notas Em nosso poder, para próxima referência, as seguintes obras: A Promessa, por Bramão d'Almeida; As comunicações com os astros, por Reis Varela; Germanos e Latinos, por Agostino Campos; Deus guarda V. Ex., por Sequeira e Costa; Serguilha e Tomé, por Emanuel Ribeiro.

Só se publicam referências aos livros de que nos forem enviados dois exemplares.

Grande 'complot'

Meia Lisboa reúne na ALFAITARIA MODELO, Lda. na rua 1.º de Dezembro, 15 e 17, para fazer festas no rigor da moda, pois à testa do corte está um dos sócios, que bastante conhecedor do «metier», soube conquistar uma grande clientela.

Uma visita a esta casa impõe-se.

MENSTRUAÇÃO

Usem Ferri-Apiol

MEDICAMENTO de uma ação rápida e segura em todos os casos de desaparecimento das regras menstruais. Único que garante ser inteiramente seguro. Preço 15\$00. Depositários: Costa, Costa & Cunha, Lda., Largo D. Estefânia, 4 e 5 - Lisboa.

Depósito: Rua do Arsenal, 83 - LISBOA

CARLOS A. SANTOS

Livraria RENASCENCA

Obras literárias, científicas, profissionais e artísticas dos autores portugueses e estrangeiros.

Trabalhos tipográficos, cartilhos e livros de escrituração, mapas de escrituração, mapas de descarga de cotas e de matrículas para Sindicatos, Cooperativas, Comunais, Juventudes, etc.

Preços: a 1.º de outubro de 1924.

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— * * *

— *

